

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 185 DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.**

Dá nova redação aos artigos 34, 42, 54, 57, 58, 63, 65-A, 65-E, 65-H, 231, ao Parágrafo Único do artigo 55 e aos incisos IV e V do artigo 64; acrescentam-se os artigos 59-A, 64-A, o parágrafo único no artigo 128, os incisos V, VI e VII no artigo 214, bem como a Seção IV no Capítulo II do Título XIV com os artigos 234-A, 234-B, 234-C, 234-D, 234-E, 234-F; revogam-se o artigo 47, o inciso VI e o §4º do artigo 64 e o também o §5º do artigo 65-A, todos na Lei Municipal 87/89; e dá outras providências.

**SÉRGIO MUNHOZ**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º** Os artigos 34, 42, 54, 57, 58, 63, 65-A, 65-E, 65-H, 231 e o Parágrafo Único do artigo 55, e os incisos IV e V do Art. 64, todos da Lei Municipal nº 87, de 22 de Dezembro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 34.** Considera-se serviço o bem imaterial, de conteúdo econômico, composto e orquestrado por níveis adequados de recursos, competências, engenho e experiência para a realização de benefícios específicos a terceiros consumidores, respeitadas as definições dadas pela Lei Complementar Federal nº 116/2003, e, em conformidade com a lista descrita no artigo 33 desta lei.

**Parágrafo Único** - A tabela mencionada poderá ser ampliada, sempre que se verificar a existência de atividades não relacionadas, mas sempre com base na lista do parágrafo único do artigo 33 desta lei.

**Art. 42.** Os contribuintes com personalidade jurídica ou equiparados são obrigados, além de outras exigências estabelecidas em Lei, a solicitação de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF) para notas fiscais convencionais, a emissão e a escrituração das Notas Fiscais convencionais e eletrônicas, a manter Livros Fiscais instituídos pelo Fisco Municipal, e a entrega da Declaração de Movimento Econômico Mensal.

§1º. A declaração de movimento econômico mensal a que se refere o caput do presente artigo é constituída pela escrituração de todas as notas fiscais de prestação de serviço emitidas pela empresa sujeitas ou não a incidência do imposto, bem como aquelas recebidas de terceiros e sujeitas ou não à substituição tributária na forma da Lei.

§2º A declaração de movimento econômico mensal a que se refere o caput do presente artigo se dará em meio eletrônico a ser regulamentado via decreto do poder executivo municipal.

§3º A falta de apresentação da declaração eletrônica mensal pelo prestador de serviços ou a sua entrega fora do prazo estabelecido implicará no lançamento das penalidades pecuniárias previstas no art. 214, inciso VI, a, da Lei Municipal nº 87/89, a cada mês em que for constatada.

§4º O recolhimento da penalidade prevista no parágrafo anterior não inibe que, a critério do fisco municipal, seja realizado arbitramento e lançamento de ofício do valor do ISSQN.

§5º O movimento econômico será escriturado em meio eletrônico, pelo contribuinte, inclusive se optante pelo Simples Nacional, dentro do prazo de vencimento do imposto, ou seja, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

§ 6º Quando da prestação do serviço, o contribuinte sujeito à alíquota variável, pessoa jurídica ou equiparado, escriturará em livro fiscal, eletrônico ou não, os serviços e outras informações que o fisco julgar pertinentes e que vierem a ser estabelecidas em decreto ou portaria do executivo municipal, para controle ou apuração do imposto.

§ 7º Sujeitam-se também a todas as obrigações descritas no presente artigo e seus parágrafos todos os demais contribuintes, ainda que pessoas físicas, que possuam autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF) ou autorizados à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

**Art. 54.** O imposto é lançado com base nos elementos do Cadastro Fiscal e, quando for o caso, nas informações apresentadas pelo contribuinte por meio da guia de recolhimento mensal ou com base nas declarações de movimento econômico apresentadas em meio eletrônico.

**Art. 55. (...)**

**Paragrafo único.** A falta de apresentação de declarações previstas pelo fisco, a constatação de irregularidades nestas ou a falta do recolhimento mensal antecipadamente do tributo sujeito a homologação, determinarão o lançamento de ofício.

**Art. 57.** A guia de recolhimento do imposto será preenchida pelo contribuinte ou substituto legal, em meio eletrônico, e obedecerá ao modelo aprovado pela Fazenda Municipal.

**Art. 58.** A receita bruta declarada pelo contribuinte ou substituto legal, por movimento econômico em meio eletrônico ou guia de recolhimento mensal, será posteriormente revista e complementada, sendo o caso, promovendo-se o lançamento aditivo.

**Art. 63.** O recolhimento e a escrituração em meio eletrônico do ISS por parte das pessoas jurídicas ou a estas equiparadas, que o recolhem em função da receita bruta, deverá ser efetivado até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

§1º. O recolhimento por parte dos tomadores de serviço, também se dará no mesmo prazo previsto no caput desse artigo, obedecidas as mesmas regras aqui definidas.

§2º. Todo o pagamento ou recolhimento do ISSQN ou de penalidade pecuniária dele decorrente far-se-á mediante a expedição obrigatória do competente documento de arrecadação, em meio eletrônico, na forma estabelecida em decreto.

§3º. No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente os que os houverem emitido, subscrito ou fornecido.

**Art. 64. (...)**

IV – Pessoas jurídicas e equiparados sediados fora do Município e que venha prestar seus serviços em Eldorado do Sul, nos casos em que o local para pagamento do imposto seja o local da execução do serviço definido no parágrafo único do artigo 33 desta lei;

V - Na hipótese de não efetuar a substituição a que está obrigado a providenciar, ficará o tomador do serviço responsável pelo pagamento do valor correspondente ao tributo não retido;

**Art. 65–A.** A responsabilidade de que tratam os artigos 64 e 65, será satisfeita mediante o pagamento do imposto retido, calculado sobre o preço do serviço prestado, aplicada a alíquota correspondente à atividade exercida.

**Art. 65-E.** Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representação, terá escrituração tributária própria, vedada a sua centralização na matriz ou estabelecimento principal, inclusive no que se refere à declaração mensal de movimento econômico.

**Parágrafo único** - Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal, os livros de contabilidade geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório quanto os auxiliares, os documentos fiscais, as guias de pagamento do imposto, a declaração mensal de movimento econômico e demais documentos, ainda que pertencentes

ao arquivo de terceiros, que se relacionem, direta ou indiretamente, com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.

**Art. 65-H.** Ficam instituídas como documentos fiscais a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF), a nota fiscal de prestação de serviços, a Declaração de Movimento Econômico (DME) e a Guia de Recolhimento de Tributos (GRT), cabendo ao Poder Executivo estabelecer as normas relativas a:

- I – Obrigatoriedade ou dispensa de emissão;
- II – Conteúdo dos documentos e sua indicação;
- III – Formas e utilização;
- IV – Autenticação e Assinatura Digital;
- V – Impressão e Acesso pela rede mundial de computadores;
- VI – Qualquer outra condição que julgar necessário o fisco.

§1º. Os modelos, a impressão e a utilização dos documentos fiscais a que se refere o caput deste artigo serão definidos em Decreto Executivo, que, poderá prever hipótese de substituição dos documentos fiscais para atender a situações peculiares, desde que resguardados os interesses do Fisco.

§2º. A impressão de Notas Fiscais de Serviço, validade de utilização e quantidade, depende da prévia e expressa autorização do Fisco Municipal, através de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDOF), que poderá, a critério do Fisco, ser emitida por meio eletrônico, através da rede mundial de computadores (internet), cuja regulamentação se dará por Decreto do Executivo Municipal.

§3º. A critério da Administração Municipal, poderá ser implementada como documento fiscal a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) a ser emitida por aplicativo a ser instituído e fornecido pelo Fisco Municipal, segundo critérios e regulamentação a serem definidos por Decreto do Executivo.

§4º. Quando a natureza da operação, ou as condições em que se realizar, tornarem impraticável ou desnecessária a emissão de nota de serviço, a juízo da Fazenda Municipal, poderá ser dispensado o contribuinte das exigências deste artigo, calculando-se o imposto com base na receita estimada ou apurada na forma que for estabelecida via Decreto Municipal.

§5º. No caso de roubo ou extravio de nota fiscal de prestação de serviço, aplicar-se-á a penalidade prevista na alínea b, do inciso VI do Art. 214 desta lei.

§6º. Quando o contribuinte tiver suas Notas Fiscais e/ou Notas Fiscais Faturas de Prestação de Serviços, furtadas, roubadas, extraviadas ou destruídas em incêndio ou enchente, deverá proceder da seguinte forma:

- a) em todos os casos, deverá efetuar a devida ocorrência policial e fazer publicar, em jornal de boa circulação no município, mencionando a quantidade e a numeração das Notas Fiscais e/ou Notas Fiscais Faturas de Prestação de Serviços;
- b) nos casos de destruição Notas Fiscais e/ou Notas Fiscais Faturas de Prestação de Serviços em incêndios ou enchentes, deverá apresentar certidão do órgão competente ou seja, do Corpo de Bombeiros, que comprove a ocorrência do fato.

§7º. Nas hipóteses das alíneas a e b do §6º, deverá ainda o contribuinte, até o

último dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, através de declaração eletrônica específica, comunicar o acontecido a fiscalização tributária do Município, juntando cópias dos documentos que comprovem o ocorrido.

**Art. 231.** O sujeito passivo será notificado do lançamento do tributo por uma ou mais de uma das seguintes formas:

I – da imprensa, rádio e televisão, de maneira genérica e impessoal;

II – pessoalmente, ou ainda através de seu representante legalmente constituído, por servidor municipal ou por via postal com aviso de recebimento;

III – de Edital;

IV – de correio eletrônico (e-mail) devidamente autorizado e cadastrado junto à administração municipal, ou, por meio eletrônico conforme disposto no art. 234-A e seguintes desta Lei a ser regulamentado por decreto do executivo.

§1º. No caso previsto no inciso II deste artigo, será considerada efetiva a intimação quando entregue no endereço indicado pelo contribuinte.

§2º. A recusa de recebimento da notificação por parte do contribuinte, responsável por substituição tributária ou seus representantes legais constituídos não invalida o lançamento efetuado."

**Art. 2º** Acrescentam-se o **59-A, 64-A, o parágrafo único no artigo 128, e também os incisos V, VI e VII no artigo 214**, todos da Lei Municipal nº 87/89, com a seguinte redação:

"**Art. 59-A.** Poderão ser instituídos por decretos ou portarias do executivo municipal mapas de apuração ou outros controles enquanto obrigações acessórias que se fizerem necessários, eletrônicos ou não, para atender aos interesses do Fisco na apuração ou gestão do imposto, onde o seu descumprimento implicará na aplicação das penalidades cabíveis.

**Art. 64-A.** Todos os tomadores de serviços sediados no município de Eldorado do Sul, independentemente de seu enquadramento, atividade, situação tributária de isenção ou imunidade, são obrigados à declaração eletrônica de todos os serviços tomados, independentemente da incidência ou não do imposto.

§1º. A declaração a que se refere o caput do presente artigo é constituída pela escrituração de todas as notas fiscais de prestação de serviço recebidas de terceiros e sujeitas ou não à substituição tributária na forma da Lei.

§2º. A declaração a que se refere o caput do presente artigo se dará em meio eletrônico a ser regulamentado via decreto do poder executivo municipal.

§3º. A falta de apresentação da declaração eletrônica ou a sua entrega fora do prazo estabelecido pelo tomador de serviços implicará no lançamento das penalidades pecuniárias previstas no art. 214, inciso VII, a, da Lei Municipal nº 87/89, a cada mês em que for constatada.

§4º. O movimento econômico de notas recebidas será escriturado em meio

eletrônico, pelo tomador de serviços, inclusive se optante pelo Simples Nacional, dentro do prazo de recolhimento da substituição tributária do imposto, ou seja, o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

**Art. 65. (...)**

XI – Os condomínios estabelecidos no município que sejam tomadores de serviços nos casos em que o local para pagamento do imposto seja o local da execução do serviço definido no parágrafo único do artigo 33.

XII – As situações não previstas no presente artigo poderão ser regulamentadas via decreto, obedecendo aos critérios estabelecidos pela fiscalização municipal.

**Art. 128. (...)**

**Parágrafo Único.** Caso o documento seja emitido através de aplicativo disponibilizado pelo fisco municipal na rede mundial de computadores (internet), estará dispensado da cobrança da taxa de expediente.

**Art. 214 (...)**

**V– 20 (vinte) UFM:**

a) quando deixar de escriturar mapas de apuração de tributos definidos em decreto ou portaria do executivo, por omissão constatada.

**VI – 3 (três) UFM:**

a) quando o prestador de serviços for omissor na entrega da Declaração Eletrônica de ISS, por mês de competência.

**VII - 1 (uma) UFM:**

a) quando o tomador de serviços for omissor na entrega da Declaração Eletrônica de ISS, por mês de competência.

b) no caso de roubo ou extravio de nota fiscal de prestação de serviço, por nota fiscal roubada ou extraviada.

**Art. 3º.** Fica acrescentada a Seção IV no Capítulo II do Título XIV da Lei Municipal nº 87/89, que instituiu o Código Tributário, com os artigos 234-A, 235-B, 234-C, 234-D, 234-E e 234-F, como segue:

#### **Seção IV**

#### **Da Intimação por Meio Eletrônico**

" **Art. 234-A.** O uso de meio eletrônico na tramitação de processos administrativos municipais, comunicação de atos, notificações e intimações de todas as espécies será admitido nos termos desta Lei.

§ 1º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais.

II - transmissão eletrônica toda forma de comunicação à distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores.

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário, pelo padrão IPC-Brasil:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, a ser regulamentada por decreto.

b) mediante cadastro de usuário e senha na Administração Municipal, a ser regulamentado por decreto e conforme disciplinado pelos órgãos respectivos da administração municipal.

c) a senha de acesso a que se refere o inciso anterior é de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do usuário sua guarda e sigilo.

**Art. 234-B.** O acesso e a prática de todos os atos e procedimentos em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 234-A desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio na Administração Municipal, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

§ 1º O credenciamento na Administração Municipal será realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado.

§ 2º Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

§ 3º Os órgãos da Administração Municipal poderão criar um cadastro único para o credenciamento previsto neste artigo, ou separadamente, conforme interesse da Administração.

§ 4º Os servidores da Administração Municipal utilizarão assinatura digital em todos os documentos emitidos e publicados por meio eletrônico nos termos desta Lei.

**Art. 234-C.** Consideram-se realizados os atos e procedimentos por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema da Administração Municipal, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

Parágrafo único. Quando os procedimentos forem enviados para atender prazo específico, serão considerados tempestivos os transmitidos até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

**Art. 234-D.** A Administração Municipal poderá criar Diário Eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.

§ 1º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente nos moldes do art.234-A, §1º, III, desta Lei.

§ 2º A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio de intimação, citação e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, podendo, porém, o ato ser praticado, a critério da Administração, pelas demais formas previstas no art. 231 desta Lei.

§ 3º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

§ 4º Os prazos terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

§5º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos poderão ser praticados segundo as regras previstas no art.94 desta Lei.

§6º Os documentos produzidos eletronicamente e publicados em meio eletrônico, com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

**Art. 234-E.** As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 234-B desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando ou seu representante legal efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se a sua realização.

§ 2º. Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º. A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4º. Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5º. Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pela autoridade administrativa competente.

§ 6º. As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

§7º. Consideram-se representantes legais para os efeitos desta lei, aqueles cujas documentações sejam entregues em meio próprio junto à Administração

Municipal ou aqueles que possuam atribuição para tanto por Procuração Eletrônica emitida em aplicativo da Administração Municipal, com assinatura digital no padrão IPC-Brasil, a ser instituído e regulamentado por decreto.

**Art. 234-F.** Observadas as formas e as cautelas do art. 234-E desta Lei, as citações, intimações e comunicações em geral, inclusive da Fazenda Pública, poderão ser feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra do seu conteúdo seja acessível ao citando."

**Art. 4º** Revogam-se o artigo 47, o inciso VI e o §4º do artigo 64 e também o §5º do artigo 65-A, todos da Lei Municipal nº 87/89.

**Art. 5º.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei por Decreto no que couber.

**Art. 6º.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 10 de outubro de 2013.

**SÉRGIO MUNHOZ**

Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI**  
Secretária da Administração.

**Publicada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 185, de 10 de outubro de 2013, que “Dá nova redação aos artigos 34, 42, 54, 57, 58, 63, 65-A, 65-E, 65-H, 231, ao Parágrafo Único do artigo 55 e aos incisos IV e V do artigo 64; acrescentam-se os artigos 59-A, 64-A, o parágrafo único no artigo 128, os incisos V, VI e VII no artigo 214, bem como a Seção IV no Capítulo II do Título XIV com os artigos 234-A, 234-B, 234-C, 234-D, 234-E, 234-F; revogam-se o artigo 47, o inciso VI e o §4º do artigo 64 e o também o §5º do artigo 65-A, todos na Lei Municipal 87/89; e dá outras providências.”

O crescimento da gama de serviços oferecidos à população nos últimos anos tornou-se uma tendência, aparentemente, irreversível junto ao mercado econômico no panorama nacional. As atividades relacionadas à prestação de serviço se multiplicam e se diversificam trazendo mais opções ao mercado consumidor.

No âmbito das relações privadas para com ao poder público, representado na esfera local pelo governo municipal, há uma tendência, decorrente do aumento da quantidade de empresas prestadoras de serviços, de maior controle e austeridade fiscal em tal contexto (consumidor X prestador de serviço X Fisco Municipal). Isso posto, haja vista que uma das receitas próprias municipais de maior expressão, especialmente para municípios, é oriunda do chamado Imposto Sobre Serviços (ISS), que é de competência municipal<sup>1</sup> por força da disposição contida na Constituição Federal e que é instituído e regulamentado pela Legislação de cada município especificamente, respeitada a Regra Geral contida na Lei Complementar 116 de 31 de Julho de 2003<sup>2</sup>, cuja incidência é justamente sobre a prestação de serviços a que nos referimos.

Dessa tendência, percebe-se que é importante na área de gestão da informação referente ao ISS em nível de arrecadação e fiscalização a busca de meios automatizados de controle e a fim de se obter a maximização da arrecadação deste tributo. Para tanto, necessária se faz a regulamentação do aplicativo de controle eletrônico de ISS (Declaração Eletrônica de

---

<sup>1</sup>

<sup>2</sup>

Imposto Sobre Serviços), buscando efetivo controle de informação e agilidade no atendimento ao contribuinte, especialmente aos escritórios contábeis, através das facilidades da rede mundial de computadores (internet).

Salienta-se que essa já é uma orientação maciça em nível de informatização das esferas governamentais e de integração de dados que já vem esculpida no Art. 37, XXII da Constituição Federal e vem sendo implementada pela Lei Federal nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, bem como pelo Decreto Federal 6.022 de 22 de janeiro de 2007.

Dessa maneira, visando adequar a legislação local às mudanças oriundas da necessidade de interação entre as esferas governamentais e buscando dar agilidade e praticidade no cumprimento das obrigações para com a Fazenda Municipal é que se justifica as alterações legais propostas no presente projeto de lei.

Desta forma, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
**Prefeito Municipal**